

Memória e movimento social: repercussões do NEIRO na formação docente indígena em Rondônia – do Projeto Açaí à Licenciatura Intercultural

Memory and social movement: NEIRO repercussions in indigenous teaching training in Rondônia – from the Açaí Project to Intercultural Licenciature

Joselia Gomes Neves¹

Heliton Tinhawambá Gavião²

Cristovão Teixeira Abrantes³

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v18i36.462>

Resumo: O texto em tela trata de uma reflexão sobre a importância dos novos movimentos sociais da Amazônia na tematização e redefinição de políticas públicas específicas a favor de grupos tradicionalmente excluídos. O objetivo foi analisar a atuação do Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia (NEIRO) no surgimento de dois eventos de formação docente indígena: o curso de magistério em nível médio, o Projeto Açaí (1998) e, posteriormente, o curso de graduação, a Licenciatura em Educação Básica Intercultural (2008). A elaboração deste estudo, desenvolvido em Ji-Paraná, Rondônia, ocorreu no segundo semestre de 2016 e meados do primeiro semestre de 2017. A metodologia adotada considerou, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental – materiais disponibilizados na internet, arquivos pessoais dos autores (fotografias, fôlderes) bem como registros memoriais. A sistematização final permite afirmar que o NEIRO teve um papel importante para as políticas públicas educacionais diferenciadas referentes à formação para professores e professoras indígenas em Rondônia, seja porque criou mecanismos de visibilidade junto ao poder público, seja porque contribuiu na elaboração dos projetos em perspectivas diferenciadas, tanto o Projeto Açaí como a Licenciatura Intercultural.

¹ Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

² Coordenadoria dos Povos indígenas de Rondônia (COPIR/SEDAM-RO), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Palavras-chave: novos movimentos sociais; Amazônia; formação docente indígena; NEIRO; interculturalidade.

Abstract: The text on canvas reflects on the importance of the new social movements of the Amazon in the thematization and redefinition of specific public policies in favor of groups traditionally excluded. The aim of this study was to analyze the activities of the Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia (NEIRO) in the development of two indigenous teacher training events: the mid-level teaching course, the Açaí Project (1998) and the undergraduate course In Basic Intercultural Education (2008). The elaboration of this study, developed in Ji-Paraná, Rondônia, occurred in the second half of 2016 and in the first semester of 2017. The methodology adopted included bibliographic research, documentary research – materials made available on the Internet, personal archives of the authors (photographs, folders) as well as memory registers. The final systematization makes it possible to state that NEIRO played an important role in the differentiated educational public policies related to training for indigenous teachers in Rondônia, either because it created mechanisms of visibility with the public power, or because it contributed to the elaboration of projects in different perspectives, Both the Acai Project and the Intercultural Degree.

Key words: new social movements; Amazon; indigenous teaching training; NEIRO; interculturality.

1 INTRODUÇÃO

Minha primeira participação no NEIRO foi em Cacoal, depois em Ji-Paraná. Estavam também o Zacarias, o Pedro. Eu não tinha coragem de falar, mas fui lá, falei um pouco, pequenas coisas. Eu nem sabia assim, bem direito o assunto. Depois estive em outros fóruns e comecei a me expressar melhor em público. O NEIRO foi um espaço de construção de toda a discussão do projeto de formação, o Açaí, do projeto de concurso público, intercultural. Foi muito bom. (Heliton Tinhawambá Gavião)⁴

O Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia (NEIRO), desde sua fundação, tem atuado como coletivo educador e mobilizador dos direitos indígenas de forte característica intercultural a começar pelo formato de sua composição. Sua atuação é no estado de Rondônia, que possui uma população total correspondente a 1.562.409 habitantes distribuídos em 52 municípios (IBGE, 2010), onde

⁴ Relato coletado para este texto, em novembro de 2016, por Josélia Neves.

13.076 pessoas se autodeclararam indígenas, de diferentes povos como os Tupari, Canoé, Suruí, Jaboti, Aruá, Arara, Aikanã, Kassupá, Sabanê, Mamaindê, Karitiana, Kwazá, Migueleno, Gavião, Oro Waram, Oro Mon, Oro Waram Xijein, Oro Eo, Oro Nao', Cao Oro Waje, Karipuna, Salamã, dentre outros.

O objetivo deste texto é documentar uma reflexão sobre os novos movimentos sociais da Amazônia por meio da atuação do Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia (NEIRO), referente à formação docente indígena: o curso de magistério, Projeto Açaí (1998) e, posteriormente, o curso de graduação, a Licenciatura em Educação Básica Intercultural (2008).

A elaboração deste trabalho foi possível considerando os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica a partir das leituras de Abrantes (2007), Venere (2011), Isidoro (2006), além de outros, e da pesquisa documental que utiliza materiais que ainda não foram analisados (GIL, 2002), tais como: fotografias, atas de reunião, convites, programações dos fóruns do NEIRO, textos da internet, além de registros de memória.

A atuação do NEIRO em relação à educação escolar indígena em Rondônia tem consistido em problematizar o poder público sobre as “ausências” na perspectiva de Boaventura de Souza Santos (2002), de suporte educacional aos indígenas e, a partir daí, influenciar suas ações possibilitando a ampliação de políticas e, decorrente disso, a redefinição de novos espaços institucionais que contemplem os interesses desses povos.

Representa também uma forma de impedir que o poder político defina por si só as questões diretamente relacionadas aos seus interesses, sem considerar a participação indígena, o que seria um evidente descumprimento à Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e à Resolução referente à ação da Organização Internacional do Trabalho-OIT_(BRASIL, 2004).

Assim, o NEIRO, enquanto coletivo social constituído por entidades indígenas e indigenistas, governamentais e não governamentais, laicas e religiosas, teve um papel importante para os avanços das políticas públicas educacionais diferenciadas, na medida em que problematizou a inexistência de formação para professores e professoras indígenas em Rondônia, inseriu na pauta pública essa demanda e contribuiu na construção de modelos formativos inovadores na perspectiva da interculturalidade: o Projeto Açaí e a licenciatura Intercultural.

2 O NEIRO E SUA ATUAÇÃO COMO UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL A FAVOR DA EDUCAÇÃO INDÍGENA EM RONDÔNIA

O Núcleo de Educação Indígena (NEIRO) é um fórum de discussão composto por entidades governamentais e não-governamentais indigenista e entidades indígenas. O seu objetivo é discutir os problemas referentes à educação escolar indígena e propor políticas públicas para implementar ações que contribuam para a qualidade desta. (ISIDORO, 2006, p. 89).

Interpretamos o Núcleo de Educação Indígena de Rondônia (NEIRO) como um movimento social, porque sua atuação envolve um conjunto de “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população a se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 13). Em função das configurações políticas desencadeadas, sobretudo, a partir dos anos 1960 e assumindo diferentes feições em todo o mundo, na atualidade, é possível afirmar que existem atores sociais coletivos que se situam no que vem sendo chamado de novo movimento social.

Frank e Fuentes (1989) discordam desta nomenclatura “novos movimentos sociais”, pois entendem que não são tão novos assim, uma vez que apenas houve a atualização de suas demandas. Nesse sentido, esses autores afirmam que: “Só os movimentos ecológicos/verdes e os pacifistas podem ser chamados legitimamente de ‘novos’, e isto porque respondem a necessidades sociais que foram geradas mais recentemente pelo desenvolvimento mundial. [...]” (FRANK; FUENTES, 1989, p. 21). Se considerarmos que os movimentos ecológicos e pacifistas buscam aproximações com o modo de vida das populações tradicionais e indígenas, é possível situarmos o NEIRO como um novo movimento social, um coletivo político e mobilizador composto por indígenas e não indígenas na busca de respostas públicas específicas.

Sua criação representou uma novidade no estado de Rondônia na medida em que proporcionou visibilidade para a temática da educação escolar indígena. Discutiu, reivindicou e tematizou uma necessidade social relativamente recente na época demandada pelos povos indígenas e que, só após o contato, fazia sentido para essas sociedades.

Para Gohn (2003), os novos movimentos sociais se diferenciam dos modelos clássicos pela relação de autonomia com o Estado. Independem dos partidos

políticos e se organizam a partir de temáticas específicas: racial, gênero, indígena, dentre outras. Desse modo, o NEIRO se apresenta como um coletivo político, solidário com as lutas indígenas a partir de suas perspectivas culturais com vistas à visibilização da diferença na contemporaneidade, característica voltada para o particular, e não apenas para a ideia de classes sociais:

[...]. A predominância da noção de classe foi mais constante durante a influência do pensamento marxista, em meados do século XX, com a expansão da industrialização e dos movimentos operários. A partir de meados da década de 1960 até fins dos anos de 1980, os movimentos sociais de contestação aos regimes autoritários davam voz aos atores coletivos. A partir dos anos de 1990, com a abertura democrática, foi o sujeito metamorfoseado em ator social quem tomou a cena dos movimentos sociais na América Latina. Os movimentos étnicos e identitários ganharam relevância e espaço político, já que o reconhecimento da diversidade e das identidades étnicas representaram, e ainda representam, um importante passo rumo à efetivação da democracia. (BICALHO, 2010, p. 93).

Como um novo movimento social, o NEIRO é composto por representantes indígenas e não indígenas, passa a ser um local importante para as deliberações sobre a educação escolar indígena, cumprindo um papel relevante no cenário da política educacional rondoniense, tendo em vista a:

[...] necessidade de implantação de Políticas mais afinadas para se exercitar a formação de professores indígenas, isto é, a criação de uma política que respeite a identidade, diversidade, interculturalidade, alteridade e limites de cada povo, especificamente do professor indígena para atuar nas escolas das aldeias. Para que tais iniciativas tivessem resultados positivos, foi criado o Núcleo de Educação Indígena de Rondônia (NEIRO) (PNUD/PLANAFLORO, 1995). (VENERE, 2011, p. 69).

De acordo com Abrantes (1998), o Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia (NEIRO) foi criado no ano de 1992, com a finalidade de articular o Fórum de organizações governamentais e não governamentais às políticas de educação escolar indígena. Situado no âmbito dos movimentos sociais que “[...] mobilizam e organizam seus membros na busca de fins-materiais que consideram que lhes foram negados injustamente pelo Estado e suas instituições [...]” (FRANK; FUENTES, 1989, p. 34).

As entidades que compunham o NEIRO nesse período eram: a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC), a Secretaria de Desenvolvimento

Ambiental de Rondônia (SEDAM/RO), a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED), o Conselho de Missão entre Índios (COMIN), a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) (VENERE, 2011). Embora este autor cite também a Organização dos Professores Indígenas de Rondônia (OPIRON) como componente do NEIRO em 1992, verificamos que: “Em março de 1999, ocorreu o I Encontro de Professores Indígenas de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso, deliberando a criação da Organização de Professores Indígenas de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso (Opiron) [...]” (ABRANTES, 2002, p. 65).

Essas entidades ou pessoas ligadas a elas, já mantinham ou estavam estabelecendo algum tipo de atuação junto às populações indígenas de Rondônia e noroeste de Mato Grosso. Isso significa afirmar que tinham conhecimento do violento processo ocorrido no contato, das violações dos direitos étnicos, pois: “[...]. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente” (GOHN, 1992, p. 18).

Assim, o NEIRO, ao reunir essas entidades com as organizações indígenas, desenvolvia uma ação dialógica e mediadora significando sobretudo um espaço de aprendizagens para todos e todas, a possibilidade de vivenciar múltiplos exercícios formativos no campo da interculturalidade. Uma parceria de apoio e defesa dos direitos educacionais indígenas com repercussões favoráveis para as etnias.

3 O NEIRO NA CONSTRUÇÃO E NO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO AÇAÍ

Os representantes das instituições que compunham o NEIRO, no período de 1995 a 1998, tiveram uma atuação importante no que diz respeito à qualidade da discussão sobre a educação diferenciada em Rondônia. Dentre as instituições mais importantes, identificamos a Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Secretaria de Estado da Educação de Rondônia - SEDUC, Delegacia Regional do Ministério da Educação de Rondônia - DEMEC (extinta), além do CIMI, COMIN, FUNAI, SEMEC e SIL. (ABRANTES, 2007, p. 51-2).

A afirmação sobre a importância da ação do NEIRO para a qualificação dos debates sobre a educação escolar indígena vai resultar na inserção da formação docente na pauta governamental, confirmando que: “[...] os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades

da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais” (GOHN, 2011, p. 335). No entanto assegurar a formação docente indígena na pauta governamental não bastava, já que não se tratava de mais um projeto.

Imagem 1 – Estudantes Indígenas



Fonte: Acervo pessoal de Cristovão Abrantes (2000).

Sobre a questão, Abrantes (2007) destaca que inicialmente o Projeto Açai apresentado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) consistia em uma proposta distante daquela sonhada pelos índios. Com fortes marcas integracionistas, não manifestava preocupações com o modo de vida dos diferentes povos e línguas, aproximações que a imagem 1 evidencia, sequer considerava os elementos básicos de como a formação indígena deveria ocorrer a partir dos preceitos legais já estabelecidos, possivelmente porque “[...] O grupo que montou a proposta não participava das discussões do NEIRO, talvez tenha sido este o motivo de não levarem em conta as observações construídas ao longo de três anos e meio nas reuniões do NEIRO” (ABRANTES, 2007, p. 53).

O impasse diante do texto apresentado explicita que a existência de conflitos entre o movimento social e a gestão é algo que ocorre com bastante frequência nessa relação. Talvez a razão central nesse caso tenha sido uma consequência da clássica visão colonial estatal para com os Povos Indígenas.

E a tensão é potencializada porque o movimento social, além de denunciar a ausência da política pública, delinea e propõe elementos para sua implantação, confirmando que efetivamente preenchem uma lacuna “[...] em espaços nos quais o Estado e outras instituições sociais e culturais são incapazes de atuar pelos interesses de seus membros, ou não querem fazê-lo [...]” (FRANK; FUENTES, 1989, p. 37). E é nessa dinâmica operacional que o movimento pode produzir transformação social.

Imagem 2 – Reunião do NEIRO em 2000



Fonte: Acervo pessoal de Cristovão Abrantes (2000).

As leituras sobre as diversas atuações do NEIRO, oriundas da significativa produção local nos diferentes textos acadêmicos referentes à construção do Projeto Açaí, permitem afirmar que as tensões surgidas nesse processo explicitavam principalmente a pouca disponibilidade para compreender a diferença. A

título de ilustração, citamos a postura inicial do governo de limitar o Projeto Açai ao estado de Rondônia e, de igual modo, o exercício da docência indígena apenas para os anos iniciais do ensino fundamental e sem possibilidades de prosseguimento de estudos:

[...] Alguns dos relatores da Câmara de Educação do Conselho Estadual nos contaram que, diante da pressão da SEDUC para aprovação do projeto, optaram por dar um parecer que reconhecesse a formação do professor apenas em nível regional, com direito a lecionar apenas nas escolas indígenas dentro do Estado de Rondônia, sem direito a prosseguimento de estudos, não poderiam ingressar em curso superior. Munidos das informações, o NEIRO organizou três reuniões: uma em Ji-Paraná, outra em Guajará-Mirim e por último a de Porto Velho, visando esclarecer aos professores sobre o Parecer do CEE sobre o Projeto. Entendemos que os professores precisavam saber sobre o assunto, pois não seria justo de nossa parte manter em segredo as informações, uma vez que vínhamos discutindo com as organizações indígenas uma proposta de projeto de formação intercultural que contemplasse os interesses das comunidades e dos professores indígenas. (ABRANTES, 2007, p. 53).

A administração do conflito exige a escuta, o debate e, por fim, as decisões que precisam ser tomadas. Assim, no decorrer da realização das reuniões nos municípios de Ji-Paraná, Guajará Mirim e Porto Velho, houve sentimentos de “[...] revolta e indignação dos professores que se sentiram enganados por nós, como não compreendiam as questões burocráticas do serviço público acreditavam que o Núcleo de Educação Escolar Indígena era o executor do projeto [...]” (ABRANTES, 2007, p. 54). A tensão aqui apresentada pode ser traduzida pela percepção dos indígenas diante de uma certa ambiguidade acerca do papel da SEDUC. Ao mesmo tempo em que fazia parte do NEIRO, representava também a face do estado responsável pela execução da política de formação:

[...]. Por muito tempo, ficamos desacreditados e com poucas alternativas para resolver a questão, tínhamos duas situações: um projeto aprovado e reconhecido no Conselho, mas que não correspondia à realidade das escolas e às expectativas dos professores; e, ao mesmo tempo, precisávamos apresentar um novo Projeto de Formação de Professores – Magistério Indígena, para que fosse implementado, aprovado e reconhecido nacionalmente, com direito a prosseguimento de estudos, ou seja, que o magistério correspondesse ao nível médio. (ABRANTES, 2007, p. 54)

Vale salientar que o formato da composição do NEIRO evidencia um intrincado complexo de diferenças: entidades governamentais e não governamentais, laicas e religiosas, homens e mulheres. A observação desse quadro permite compreender que esse coletivo internamente também enfrentava conflitos considerando os diferentes lugares que as entidades ocupavam, as diversas identidades de origem e os interesses que mobilizavam sua participação no grupo, suscitando desfechos que nem sempre eram compreensíveis para os indígenas: “[...] era difícil para eles entenderem a disputa que existia entre as instituições não indígenas (FUNAI, SEDAM, SEMED, CIMI, COMIN, SEDUC, UNIR, SIL, PACA, JOCUM e SEMEC) quando da realização das reuniões do NEIRO [...]” (ABRANTES, 2007, p. 54).

Embora as tensões entre as diferentes entidades ocorressem, e essa é uma das características dos novos movimentos sociais considerando a diversidade que carregam dentro de uma mesma categoria, as suas microparticularidades, o objetivo central do NEIRO, o de inserir a demanda da educação escolar indígena na pauta governamental, parecia ser a questão principal que mobilizava a coesão do grupo.

Mas como acontecia a relação entre as entidades de apoio (não indígenas) e as organizações indígenas? Que tensões evidenciavam nesse processo? Bicalho (2010) reconhece que há tensionamentos visíveis, no entanto avalia que, diante dos desafios existentes nas diversas áreas, essas organizações ainda têm um papel importante no processo, devendo não ser esquecido que o protagonismo é sempre dos indígenas. Nesse sentido, os dados coletados permitem sustentar uma relação dialógica. Articulação entre o NEIRO e a CUNPIR foram fundamentais para a realização da primeira Assembleia de Professores Indígenas de Rondônia no ano de 1999, evento mobilizado em função da necessidade de administração de conflitos decorrentes da implantação do Projeto Açaí:

No Estado de Rondônia, a Coordenação da União dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas - CUNPIR, juntamente com outras instituições que compõem o Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia- NEIRO, criou condições para a realização da I Assembléia de Professores Indígenas de Rondônia, em outubro de 1999. Esse evento resultou do não cumprimento da realização da segunda etapa do Curso de Formação dos Professores – Magistério Indígena – Projeto Açaí, planejada para os meses de junho/julho daquele mesmo ano. Obviamente,

isso gerou um clima de angústia e temor entre os professores, principalmente quanto à perspectiva de a Secretaria de Estado de Educação não realizar as etapas previstas ou quanto à possibilidade de interrupção do Projeto. (ABRANTES, 2007, p. 67).

Os escritos de Venere (2011) dão conta que a primeira etapa do Projeto Açaí havia acontecido um ano antes, em 1998 com a participação de 55 cursistas. Embora tenha iniciado como uma proposta de formação docente regional, posteriormente tendo por suporte os textos legais específicos para contextos indígenas, aos poucos foram feitos os ajustes necessários com vistas à busca de aproximações com as expectativas dos índios:

Em 2000, na coordenação do Cristóvão Abrantes, para atender os novos marcos legais, foram realizadas adequações do Projeto Açaí, dando um perfil inovador ao projeto. Quando Cristóvão assumiu a coordenação, o Ministério da Educação aprovou as Diretrizes Nacionais de Educação Escolar Indígena, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução 003, que definia normas e funcionamento para as escolas indígenas, possibilitando a construção de políticas públicas que valoriza a diversidade étnica, cultural e social, presente nas terras indígenas. [...].(VENERE, 2011, p. 90).

Dentre os vários ajustes e contribuições que foram incorporados ao Projeto no decorrer do processo, vale destacar aqueles referentes à avaliação do curso, que previa que deveria ser feito: “[...] por representantes indígenas e pelas entidades que compõem o NEIRO, exclusivamente, aqueles que participam diretamente do processo” (VENERE, 2011, p. 99). Significa afirmar que o NEIRO, além de propor a formação a partir das singularidades dos sujeitos indígenas, acompanhou todo o processo de sua efetivação.

Imagem 3 – Estudantes indígenas

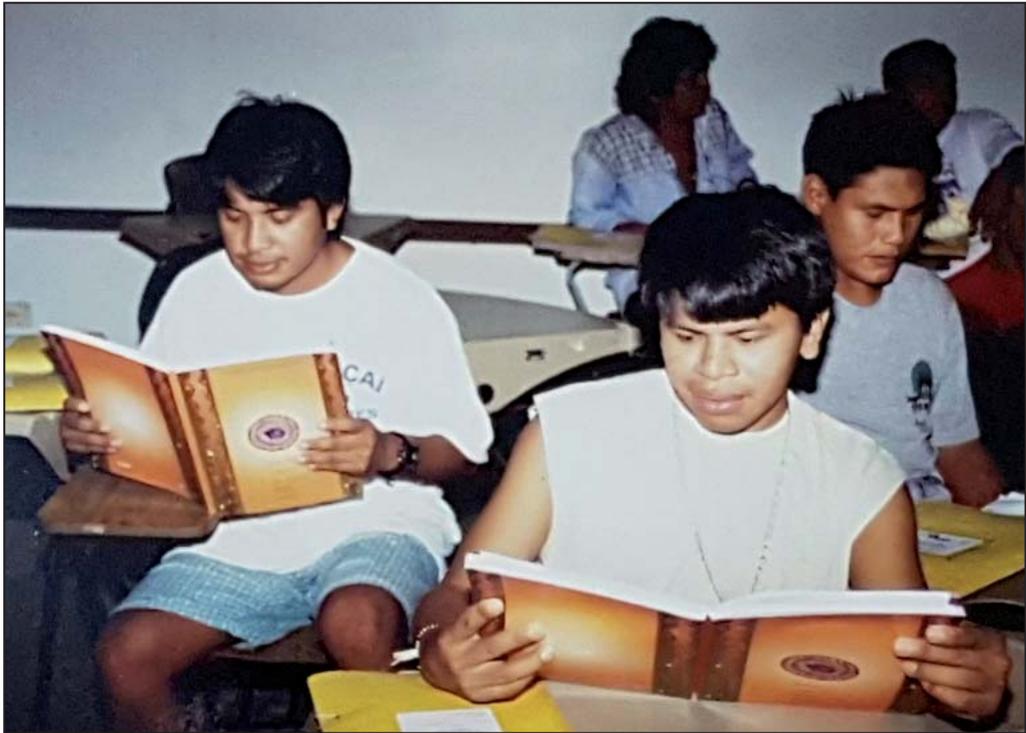


Fonte: Acervo pessoal de Cristovão Abrantes (2000).

A última etapa do Projeto Açaí ocorreu em dezembro de 2004, no município de Ouro Preto do Oeste, em Rondônia. Na ocasião, ministramos a disciplina de Alfabetização em uma das turmas. Avaliamos que foi um trabalho pedagógico muito interessante considerando tanto as experiências dos professores e professoras indígenas como o ingresso da primeira autora na docência intercultural. Na oportunidade, procuramos desenvolver uma atividade que dialogasse com suas vivências- em algumas situações validando e em outras problematizando esses saberes tendo como lente teórica as contribuições da concepção construtivista de alfabetização (NEVES, 2005).

Dessa forma, o Projeto Açaí foi concluído em um período de cinco anos 1998-2004, com uma carga horária de 4620 horas, sendo 2700 horas destinadas para o ensino presencial, e 1920 horas, para o não presencial, por meio de etapas anuais de trabalho pedagógico (VENERE, 2011, p. 87), assegurando a formação de 126 docentes indígenas com atuação em 69 escolas pertencentes a 33 povos como Gavião, Arara, Macurap, Tupari, Cabixi, Cinta Larga, Canoé, Zoró e os Suruí, dentre outros, conforme imagem abaixo:

Imagem 4 – Estudantes indígenas



Fonte: Acervo pessoal de Cristovão Abrantes (2000).

De acordo com Venere (2011), em 2006, o Conselho Estadual de Educação (CEE/RO) validou os estudos dos cursistas do Projeto Açaí – Magistério indígena de Rondônia – com o Curso Normal de Nível Médio para Professores em Áreas Indígenas, por meio do Parecer n. 073/05/2005, com data de homologação de 23.01.2006. Assim, o Parecer do Projeto Açaí emitido em 1998 foi ampliado nesse novo Parecer de 2006, garantindo a referida formação em âmbito de Curso Normal (nível médio) e, com isso, possibilitando a continuidade de estudos aos docentes indígenas.

Podemos sintetizar que, no decorrer da trajetória do Projeto Açaí- 1998 a 2004, o “[...] NEIRO esboçou um Plano de Ação Preliminar e, a partir daí, foram realizados vários eventos, até a elaboração e execução do Projeto de Formação de Professores Índios – Projeto Açaí que foi o marco da educação escolar indígena no Estado de Rondônia” (RONDÔNIA, 2008, p. 17).

Nessa direção, contribuiu também para uma perspectiva mais ampla de mundo na medida em que possibilitou uma visão de: “[...] pensar a sociedade e a política não mais como estruturas ou ação do Estado, mas, como cenário criado e recriado pela práticas de sujeitos em conflito [...]” (MIRANDA, 1997, p. 11). Um mundo mais plural, democrático e com justiça social.

4 NEIRO: UMA MOVIMENTAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL A FAVOR DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM NÍVEL SUPERIOR

O Seminário: “A Universidade Indígena: educação, diversidade e cidadania” ocorreu em maio na UNIR- Campus Ribeiro Filho, em Porto Velho. O objetivo principal foi o de “[...] refletir a respeito das diretrizes para uma política de educação superior indígena; intensificar diálogo intercultural entre professores indígenas, lideranças indígenas, comunidade acadêmica e entidades ligadas ao NEIRO”.

Imagem 5 – Imprensa local 17/05/2005



www.rondonoticias.com.br

A INFORMAÇÃO MAIS CONFIÁVEL

Publicado em 17/05/2005 10h:50

Unir abriga seminário de educação indígena

Será nos dias 19 e 20 próximos, na Campus José Ribeiro Filho, da Universidade Federal de Rondônia (Unir), em Porto Velho, o seminário "A Universidade Indígena - Educação, Diversidade, Cidadania", uma iniciativa do Núcleo de Educação Indígena de Rondônia (Neiro). A informação é da professora Francisca Pareci, da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI), órgão da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC, acrescentando que um dos objetivos da promoção é "intensificar o diálogo intercultural entre professores indígenas, lideranças autóctones, comunidade acadêmica e entidades ligadas ao Neiro".

De acordo com a programação, a abertura do evento está prevista para as 8h, com ritual indígena Karitiana, seguindo-se a composição da mesa, às 8h30, com representantes dos professores indígenas, da comunidade acadêmica, das lideranças indígenas e dos órgãos integrantes do Neiro. Com início programado para as 9h30, a primeira atividade do encontro será a apresentação, pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc), do painel "Trajetória da Educação Escolar Indígena em Rondônia".

Fonte: Acervo pessoal de Joselia Gomes Neves (2004).

Nesse evento, ocorreu troca de experiências com outras universidades brasileiras já que a pretensão era a construção de uma proposta de graduação intercultural no âmbito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) para os indígenas. De certa forma, representava um mecanismo de continuar apostando na qualificação da educação escolar indígena de feição intercultural, por meio da formação docente, desde a que foi viabilizada de forma ousada pelo Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMÁ), posteriormente através do Projeto Açai e, atualmente, mediante a Licenciatura em Educação Básica Intercultural em uma escola adequada aos contextos indígenas:

A política de educação implementada pelas Secretarias não tem considerado o fato de a escola representar um elemento novo na organização social dos povos indígenas de Rondônia, e os atuais modelos de atendimento têm interferido e modificado hábitos culturais do sistema tradicional de educação, obrigando-os, de certa forma, a viverem em função da escola, acarretando, portanto, uma inversão de papéis – em vez de a escola ser adaptada à vida do povo, é exatamente o contrário, o povo é que tem de se adaptar à vida da escola. (ABRANTES, 2002, p. 65).

Participaram docentes e lideranças indígenas, estudantes, pesquisadores e pesquisadoras da UNIR, representantes das entidades que fazem parte do NEIRO, bem como palestrantes das universidades de Roraima, Mato Grosso e da Coordenação Nacional de Educação Indígena vinculada ao Ministério da Educação. Essa discussão inaugura a reflexão coletiva no NEIRO a respeito da educação superior indígena em Rondônia. Foi um espaço em que os indígenas, pela primeira vez, expressaram seus sonhos de estudar na universidade, ocasião em que puderam fazer perguntas sobre o funcionamento da academia, dos diversos cursos e de que forma é que a discussão poderia ser encaminhada.

Imagem 6 – Heliton Gavião e José Palavh Gavião



Fonte: Acervo pessoal de Joselia Gomes Neves (2005).

No decorrer do Seminário, que aconteceu em dois dias, foram apresentadas diversas atividades como a discussão sobre a “Trajetória da Educação Escolar Indígena em Rondônia” pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC), a mesa-redonda “A Universidade que Queremos”, sob a coordenação da Organização dos Professores Indígenas de Rondônia (OPIRON).

É interessante acrescentar que, há quatro anos, em 2001, dois estados brasileiros já tinham protagonizado o ingresso de estudantes indígenas na educação superior: o estado do Paraná, por meio de reservas de vagas exclusivas para indígenas em suas instituições, e Mato Grosso, através da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), com a oferta da primeira Licenciatura Intercultural (LIMA; BARROSO, 2013).

Nesse mesmo ano, a Amazônia brasileira discutia a educação superior indígena por meio da reivindicação docente indígena expressa na Carta de Canauanim

em Roraima (FREITAS; TORRE, 2016). Dois anos depois, em 2003, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) assegurou o acesso à graduação aos índios por meio do Núcleo Insikiran.

Imagem 7 – Prof. Edinaldo Bezerra, Josélia Neves, Cristiano Terto e Vania



Fonte: Acervo pessoal de Joselia Gomes Neves (2005).

A expectativa de ingressar na Universidade significava não apenas a possibilidade de retomar os estudos, mas, sobretudo, a experiência de adentrar em um espaço de extrema valorização social. As falas dos docentes e de lideranças indígenas ali presentes evidenciavam esse contentamento. A mobilização propiciada pelo NEIRO atesta que os “[...] movimentos têm eclodido na cena pública como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas” (GOHN, 2011, p. 335). O novo conflito era justamente pensar o inexistente: a graduação para os índios.

Foi possível participar de todo o Seminário na condição de docente de Ji-Paraná. No município, já discutíamos esta questão no Núcleo de Educação Indígena (NEI) em âmbito local. Causava estranhamento o termo adotado pelo grupo: Terceiro Grau Indígena, geralmente insistia por Educação Superior Indígena. Recordo principalmente das atividades de grupo coordenadas pelo professor da UNIR Edinaldo Bezerra. Em uma das salas da Universidade, ouvia atentamente

as diferentes falas dos indígenas sobre os cursos que gostariam de fazer, a partir de critérios como: “Que curso você fez, professora?” Respondia: Pedagogia. “Ah, então é esse que eu quero fazer”. E a professora Fulana de Tal? Percebemos com isso as referências em curso.

Imagem 8 – Participantes do Seminário



Fonte: Acervo pessoal de Joselia Gomes Neves (2005).

Havia uma significativa presença de professores e professoras indígenas, os mais interessados na discussão. As referências ao Projeto Açaí eram recorrentes nos pronunciamentos. O quanto a participação no curso foi importante no sentido da afirmação da identidade indígena, da valorização de suas línguas maternas. A pergunta era: Será que a habilitação docente em nível superior será assim também?

A realização do Seminário “A Universidade Indígena”, pelo NEIRO, logo depois da conclusão do Projeto Açaí, em 2004, significou o marco inicial que permitiu reunir indígenas e representantes de diferentes entidades de atuação junto às

etnias para a realização de uma conversa sobre a proposta de educação superior tendo por referência principalmente as lições aprendidas na primeira formação viabilizada pelo Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMÁ) e posteriormente na habilitação do Açaí.

Após dois anos de intervalo, o NEIRO realizou o seu III Fórum no dia 22 de junho em 2007, no Centro de Vivência Paulo Freire na UNIR- Campus de Porto Velho, em 2007, com o tema: Projetos Político-Pedagógicos: avaliando a Educação Escolar Indígena em Rondônia. A preocupação na ocasião contemplou o debate referente ao fortalecimento da educação a partir de processos de qualificação docente, elaboração de calendários específicos, currículos escolares de caráter intercultural, e, sobretudo, a participação efetiva das comunidades indígenas, mecanismo estratégico da representação central da cultura e da etnicidade como direito à diferença e a especificidade.

Imagem 9 – Participantes do III Fórum



Fonte: Acervo pessoal de Mario Roberto Venere (2011).

O Fórum contou com a participação de representantes de docentes e lideranças indígenas e em diálogo com os cinco órgãos que, nesse período compunham o NEIRO: a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (SEDUC), a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Organização dos Professores Indígenas de Rondônia (OPIRON).

Além da discussão do Projeto Político Pedagógico (PPP), cujo foco foi orientado para analisar as escolas indígenas quanto aos seus elementos funcionais e pedagógicos: regimento escolar, calendário, currículo, política de alfabetização, as lideranças indígenas expressaram preocupações com a inexistência do ensino médio nas aldeias e, em decorrência disso, tem ocorrido a vinda de estudantes para as cidades:

Veja a falta de condições de nossos alunos aqui na cidade. Quando vamos lá na SEDUC, eles dizem que não tem nada a ver com os índios que estão aqui. Eu tenho orgulho do meu povo, eles estão aqui lutando! Lá na aldeia, estamos com conflito entre professores da SEDUC e SEMED. O professor vai para a aldeia, não tem lugar para ficar, aí entra em conflito: ele paga pra trabalhar. As lideranças, os caciques têm que conhecer estes professores, a gente tem que conhecer estas pessoas que vão lá, tem que valorizar estas pessoas.⁵ (VENERE, 2011, p. 118).

Prováveis evidências de alterações na relação da escola com a comunidade: a exigência de diálogos interculturais, a necessidade de gestão democrática da sociedade na perspectiva da formação cidadã. Outra problemática apontada referiu-se às precárias condições de trabalho dos docentes não indígenas. Algo bem antigo, que precariza ainda mais o trabalho docente. Na maioria das aldeias de Rondônia, não há um espaço decente para esses profissionais que, por anos a fio, são alojados de qualquer forma e jeito.

⁵ Anotações do pesquisador efetuadas durante a reunião NEIRO, realizada na FUNAI em 13 de setembro de 2007 – Liderança Karitiana.

Imagem 10 – Participantes do III Fórum do NEIRO



Fonte: Acervo pessoal de Mario Roberto Venere (2011).

A participação de pesquisadores e pesquisadoras da UNIR foi destacada em todo o evento através do trabalho desenvolvido pelo Prof. Dr. Edinaldo Bezerra de Freitas, coordenador do NEIRO, e pela logística de apoio assegurada pela Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), mediante o Programa Conexões de Saberes, que possibilitou a presença de docentes, lideranças indígenas e convidados(as).

Imagem 11 – Participantes do III Fórum



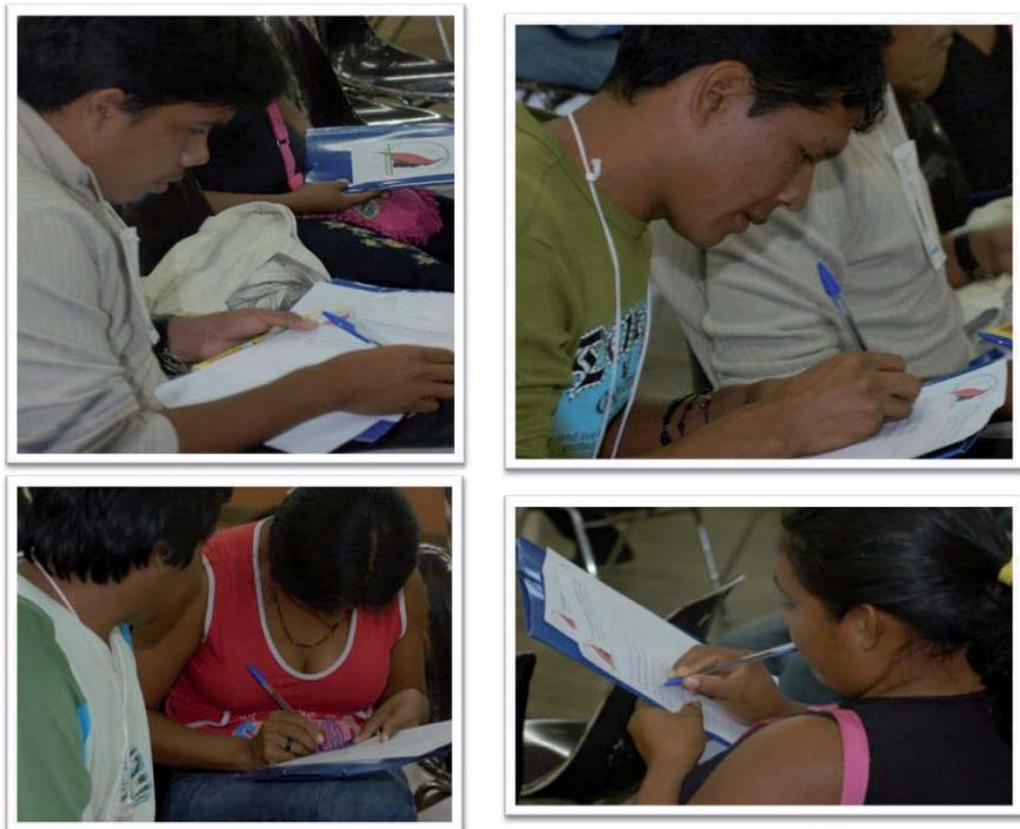
Fonte: Acervo pessoal de Mario Roberto Venere (2011).

Além da discussão em torno do tema Projetos Políticos Pedagógicos no III Fórum do NEIRO em 2007, outra preocupação se evidenciava no evento: a graduação superior para os Povos Indígenas. Significava não só uma retomada ao debate feito em 2005, através do Seminário “A Universidade Indígena”, mas também representava uma estratégia de fortalecimento de uma ação já encaminhada na região central junto a UNIR- Campus de Ji-Paraná, o que confirma que:

[...] muitos tipos de movimentos sociais emergem e se mobilizam para reescrever as regras institucionais [...] do jogo e do poder políticos- redefinindo assim o próprio jogo- para que, de modo crescente, incluam e se baseiem em novas regras democráticas do poder social/civil. Ao fazerem isso, ajudam a mudar o centro da gravidade sócio-político de uma democracia política ou econômica [...] do Estado para uma democracia e poder civis mais participativos dentro da sociedade [...]. (FRANK; FUENTES, 1989, p. 47).

Em 30 de março de 2007, foi incluída na pauta da reunião ordinária do Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS), um documento enviado pelos docentes e lideranças indígenas Arara e Gavião, solicitando a implantação de um curso de educação superior em perspectiva intercultural (NEVES, 2013). Assim, o NEIRO encaminhou uma proposição de um abaixo-assinado reivindicando à reitoria da UNIR o curso de graduação para formação docente indígena de caráter específico e diferenciado, conforme a imagem abaixo:

Imagem 12 – Participantes do III Fórum



Fonte: Acervo pessoal de Mario Roberto Venere (2011).

Posteriormente, a mobilização dos indígenas mediante a Organização Indígena Padereehj, por meio do trabalho de Heliton Tinhawambá Gavião, estabeleceu o diálogo com a administração superior da UNIR a favor da graduação

intercultural: inicialmente com a Vice-Reitora, a Professora Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril, que esteve reunida com os índios em agosto, depois o Reitor José Januário do Amaral, com agenda em outubro de 2007, além da atuação de aliados e aliadas não indígenas (NEVES, 2013).

Imagem 13 – Reunião com o Reitor da UNIR



Fonte: Acervo pessoal de Joselia Gomes Neves (2008).

Portanto o III Fórum do NEIRO intitulado: Projetos Políticos Pedagógicos: avaliando a Educação Escolar Indígena de Rondônia, que aconteceu nas dependências da universidade Federal de Rondônia, no município de Porto Velho, em 2007, mais uma vez possibilitou o debate intercultural a favor de uma educação indígena diferenciada. E agora tinha uma novidade, a coordenação do NEIRO, a partir de 2008, passou para a responsabilidade de um jovem professor indígena, o Josias Gavião, conforme a imagem que segue referente a um encontro para o planejamento do próximo Fórum:

Os registros⁶ atestam que, nessa reunião realizada nas dependências do Fórum Paieter, no município de Cacoal, convocada pelo NEIRO, compareceu um público significativo de 46 pessoas representando as seguintes entidades: Fórum Paieter, CIMI/Pastoral Indigenista, COMIN, SEDUC- Representações de Ensino de Ji-Paraná, Alta Floresta Espigão do Oeste, Cacoal, Guajará Mirim, UNIR- Campus de Ji-Paraná e Porto Velho, UNESC- Cacoal, OPIRON- Organização do Professores Indígenas de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso, NEI – de Ji-Paraná, FUNAI- Ji-Paraná, Cacoal.

Imagem 14 – Convite. Reunião do NEIRO

NUCLEO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA DE RONDÔNIA – NEIRO

CONVITE

Prezados membros e parceiros do NEIRO

Temos o prazer de convidá-lo a participar da reunião ordinária do NEIRO- Núcleo de Educação Indígena de Rondônia, a ser realizada no dia **06 de agosto de 2008, nas dependências do Forum Paieter, em Cacoal, das 09 às 16:30 horas**. Nesta oportunidade estaremos discutindo assuntos pertinentes à Educação Escolar Indígena sendo que alguns dos itens da pauta serão:

- **Curso de Licenciatura Básica Intercultural a ser implantado na UNIR, em Ji-Paraná;**
- **Propostas de alterações à Lei Complementar 349;**
- **Fórum de Educação Escolar Indígena de Rondônia;**
- **Igrejas em Terras Indígenas**
- **Diversos.**

Ji-Paraná, 21 de julho de 2008.

Josias Gavião - Coordenador do NEIRO

OBS: As despesas de viagem e alimentação serão por conta de cada instituição e /ou pessoas participantes.

Fonte: Acervo pessoal de Joselia Gomes Neves (2008).

Seguindo a pauta proposta, foram dados os informes acerca do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Licenciatura Intercultural que, nesse período, já tramitava nas instâncias da Universidade. Acrescentamos que, após o encaminha-

⁶ Ata da reunião do Núcleo de Educação Indígena de Rondônia (NEIRO). Redação: Jandira Keppi, Márcia Helena Gomes e Edineia Aparecida Isidoro.

mento dos professores e professoras indígenas de Ji-Paraná, os Arara e Gavião, a chefia do Departamento de Ciências Humanas e Sociais incluiu o documento na pauta da reunião e, após breve discussão, “[...] o professor Nelson [...] colocou a necessidade de ouvir a solicitação dos docentes indígenas, [...] aprovou por unanimidade que o Campus de Ji-Paraná, através do DCHS, encaminhará as providências no sentido de viabilizar a proposta [...]” (NEVES, 2013, p. 126).

Essa aprovação no Conselho do Departamento possibilitou os encaminhamentos de rotina: a ordem de serviço, aprovação no Projeto no DCHS seguindo depois para apreciação e deliberação no Conselho de Campus com previsão de financiamento pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Mas o apoio integral do DCHS, embora tenha se constituído em um importante ponto de partida, não foi suficiente e, como essas informações, a nosso ver de grande relevância, não constam na ata do NEIRO, avaliamos assegurar o registro dessa luta:

[...] faltava ainda uma etapa importante, a aprovação do curso na 2ª instância local, o Conselho de Campus (CONSEC) formado por representantes de todos os cursos do Campus de Ji-Paraná. Daí que foi necessário uma ampla mobilização que contou principalmente com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada de Ji-Paraná, traduzida em muitas ações: ida de grupos indígenas para Porto Velho por ocasião de uma reunião do CONSUN, órgão de representação máxima na Universidade, que não aconteceu em função de manifestação dos estudantes contrários a política do REUNI e também ações locais como diálogos com o Ministério Público e a realização de um abaixo-assinado de apoio a implantação do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural contendo a manifestação de várias entidades e segmentos da sociedade local. (NEVES, 2013, p. 127).

Em função do acompanhamento intenso por parte dos indígenas, suas organizações e dos aliados(as) não indígenas, no dia 18 de novembro de 2008, o Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), por meio da Resolução 198, aprovou o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Um dia importante para a educação intercultural, pois foi quando finalmente a UNIR reconheceu a presença dos povos originários na grade de seus cursos. Estava criada a Licenciatura em Educação Básica Intercultural conforme atestam as imagens de divulgação da mídia local na época:

Imagem 15 – Convite. Indígenas na Universidade

The image shows a screenshot of a news article. On the left, the URL is 'portal.mec.gov.br'. On the right, the URL is 'www.rondoniaoativo.com'. The article title is 'Universidade começa a formar professor indígena em Rondônia'. The date is 'Terça-feira, 24 de novembro de 2009, 14h16'. The article text states: 'O campus de Ji-Paraná da Universidade Federal de Rondônia (Unir) promoveu na segunda-feira, dia 23, a aula inaugural do curso de licenciatura em educação básica intercultural. Iniciativa inédita em Rondônia, o curso, com 50 vagas, começa a formar professores indígenas para lecionar em escolas de ensino fundamental e médio das áreas indígenas de Rondônia, sul da Amazônia e noroeste de Mato Grosso'. The source is 'Fonte: Ascom Unir Sexta-Feira, 26 de Junho de 2009 às 10:09'. There are social media sharing buttons for Facebook, Twitter, and Google+. At the bottom right, there is a logo for 'Licenciatura em Educação Básica Intercultural' and a box that says 'Inscrições gratuitas Prova 29 / Jan'.

Fonte: Acervo pessoal de Joselia Gomes Neves (2008).

Em 2009, a UNIR realizava o primeiro vestibular específico e diferenciado exclusivamente para candidatos e candidatas indígenas. Nesse mesmo ano, no dia 23 de novembro, aconteceu a aula inaugural ministrada pela Professora indígena Francisca Pareci no auditório da Representação de Ensino (SEDUC-RO) em Ji-Paraná.

Uma iniciativa inédita em Rondônia, o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR, que conta com 50 vagas, objetiva a formação de docentes indígenas para lecionar nas escolas de Ensino Fundamental e Médio para atender a demanda das sociedades indígenas de Rondônia, Sul da Amazônia e Noroeste de Mato Grosso. Conta com as áreas de concentração Educação Escolar Intercultural no Ensino Fundamental e Gestão Escolar, Ciências da Linguagem Intercultural, Ciências da Natureza e da Matemática Intercultural e Ciências da Sociedade Intercultural. A implantação do curso na universidade representa um pequeno passo na direção da viabilização

do direito à educação, do respeito às culturas tradicionais, na medida em que favorece a permanência de docentes e estudantes indígenas em suas comunidades em um processo permanente de revalorização da Terra Indígena. O curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural foi criado no âmbito do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Ministério da Educação (MEC), com base na política de direitos, no diálogo com os movimentos indígenas e indigenistas e considerando a pauta formativa da instituição⁷.

Estiveram presentes lideranças, estudantes indígenas, representantes de diferentes entidades como Padereéhj, NEIRO e OPIRON, além de pesquisadores e pesquisadoras da temática. As diferentes falas ali proferidas enfatizaram a grandeza daquele momento para a Amazônia, para os povos originários e para as relações interculturais.

Imagem 16 – Aula inaugural



Fonte: Acervo pessoal de Joselia Gomes Neves (2008).

⁷ Disponível em: <<http://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=2098>>. Acesso em: 20 set. 2016.

Dentre as autoridades indígenas, destacamos a presença do Cacique Catarino Gavião, Cacique Pedro Arara, ambos da Terra Indígena Igarapé Lourdes. Das autoridades da UNIR, a presença da Vice-Reitora Ivonete Tamboril, da diretora do Campus de Ji-Paraná Aparecida da Silva e o chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS), o professor Nelson Escudero.

O curso foi acontecendo por meio de etapas e, nos dois anos seguintes, novos processos seletivos foram acontecendo e, aos poucos, a UNIR foi se constituindo como instituição formativa na vida dos povos indígenas. Entendemos que, nessa caminhada, a aprendizagem intercultural deve ser de responsabilidade dos dois lados: se, por um lado, os índios precisam entender o funcionamento da UNIR, esta, por sua vez, também precisa compreender os indígenas.

Imagem 17 – Primeiras aulas e formatura – 1ª turma



Do G1 RO



Fonte: Acervo pessoal de Joselia Gomes Neves (2008).

Significa afirmar que é preciso continuar insistindo no diálogo, na comunicação, sobretudo naquela que acontece na formalidade do papel, algo tão recente no cotidiano dos povos. Estamos nos referindo aos editais, ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), aos Programas de suporte, à ida nas aldeias.

A UNIR, como instituição de formação docente indígena, precisa materializar, em suas relações com os índios, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no que diz respeito à consulta e à efetiva participação dos interessados, considerando os seus direitos relativos às questões que afetam suas vidas, concepções de mundo, interesses, valores, dentre outros.

O resultado deste trabalho por parte de um coletivo como o NEIRO permite aproximações com as leituras que sintetizam a validade de mecanismos como esses que conferem cidadania e justiça social nas rotinas das sociedades contemporâneas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os novos movimentos sociais da Amazônia tematizam e redefinem as políticas públicas específicas a favor de grupos tradicionalmente excluídos? Avaliamos que a trajetória do Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia (NEIRO) talvez possa contribuir na resposta a essa questão. O trabalho desenvolvido por esse coletivo, tendo, por orientação principal, os anseios indígenas, possibilitou a proposição de dois eventos de formação docente indígena: o curso de magistério em nível médio, o Projeto Açaí (1998) e, posteriormente, o curso de graduação, a Licenciatura em Educação Básica Intercultural (2008).

A elaboração deste texto permitiu compreender que o NEIRO, junto com outras forças indígenas, chamou atenção do Governo de Rondônia e da sociedade em geral para a necessidade da formação docente para os Povos Indígenas e com uma proposta voltada às suas especificidades. Não se constitui como um movimento tradicional de massas, mas como um coletivo formado por representantes do movimento indígena, sabedores e por intelectuais, a maioria deles e delas, docentes ligados à Universidade pública, além de instituições religiosas tais como Conselho de Missões entre Povos Indígenas (COMIN) ligado à Igreja Luterana e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Igreja Católica.

Nossa pretensão nesta escrita não se trata de um estudo acadêmico aprofundado sobre movimentos sociais, mas refere-se talvez a um registro reflexivo da atuação do Núcleo de Educação Escolar Indígena de Rondônia (NEIRO) e às implicações dessa atuação na proposição de dois processos formativos inéditos a favor dos Povos Indígenas: o curso de magistério em nível médio, o Projeto Açaí (1998) e posteriormente o curso de graduação, a Licenciatura em Educação Básica Intercultural (2008). Assim, é possível observar que o NEIRO se constituiu como um agente social importante na transformação da sociedade rondoniense, inspirado e mobilizado pelas demandas por educação para os Povos Indígenas.

Nossa pretensão foi apresentar uma breve documentação da trajetória do NEIRO, enquanto movimento social para a qualidade da educação escolar indígena e, também, estimular a produção historiográfica das lutas sociais indígenas da Amazônia. Nessa direção, avaliamos que há necessidade de escritos sobre as entidades indígenas como a Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas (CUNPIR), a Organização dos Professores Indígenas de Rondônia (OPIRON), a Organização Indígena Padereehj e a Organização das Mulheres Indígenas do Estado de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (OMIR), que tem recebido outros nomes atualmente. Que venham mais trabalhos sobre as memórias das lutas indígenas e seu papel mobilizador em nossas mentes e corações, no sentido de nos encorajar para novas demandas!

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Cristovão Teixeira. *Da maloca à escola: uma análise da prática educativa e da formação de professores indígenas do povo Cinta Larga de Rondônia*. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2007.

_____. Organização dos professores indígenas de Rondônia e noroeste de Mato Grosso: relações com políticas públicas de educação e as escolas indígenas. In: MARFAN, Marilda Almeida (Org.). *Congresso brasileiro de qualidade na educação: formação de professores*. Brasília: MEC, SEF, 2002. v. 4.

_____. *A educação escolar indígena em Rondônia e o processo educacional dos Cinta Larga: uma abordagem sociocultural*. 1998. Monografia (Especialização Metodologia do Ensino Superior)- Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 1998.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. 2010. 468f. Tese (Doutorado em História)- Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho- OIT sobre povos indígenas e tribais. Brasília, 2004.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. São Paulo: Lua Nova, 1989.

FREITAS, Marcos Antonio Braga de; TORRE, Iraíldes Caldas. O papel do movimento indígena no processo de escolarização do ensino superior na Amazônia. *Olhares Amazônicos - Revista Científica do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia*, Boa Vista, RR, v. 4, n. 1, p. 748-61, jan./jun. 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso: 16 dez. 2016.

_____. (Org.) *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo IBGE 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/indigenas/mapas.html#mapas>>. Acesso em: 6 mar. 2013.

ISIDORO, E. A. *Situação sociolinguística do povo Arara: uma história de luta e resistência*. 2006. 138f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO, Maria Macedo. A presença indígena na construção de uma educação superior universal, diferenciada e de qualidade. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO, Maria Macedo (Org.). *Povos indígenas e universidade no Brasil: contextos e perspectivas, 2004-2008*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

MIRANDA, Telma Guimarães de. *Movimentos sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970-1995*. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade de São Paulo, SP, 1997.

NEVES, Josélia Gomes. O Curso de Licenciatura Intercultural na UNIR: historiografando interculturalidade. In: NEVES, Josélia Gomes et al. (Org.). *Escolarização, cultura e diversidade: percursos interculturais*. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2013.

_____. A psicogênese na aldeia: refletindo o processo de alfabetização com professores e professoras indígenas. *Revista Partes*, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/2005/10/25/a-psicogenese-na-aldeia-refletindo-o-processo-de-alfabetizacao-com-professores-e-professoras-indigenas/>>.

RONDÔNIA, Estado [de]. *Projeto Pedagógico do Curso*: licenciatura em Educação Básica Intercultural. Ji-Paraná, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, out. 2002. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10810/1/Para%20uma%20sociologia%20das%20aus%C3%A2ncias.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

VENERE, Mario Roberto. *Projeto Açai*: uma contribuição à formação dos professores indígenas no Estado de Rondônia. 2011. 204f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, SP, 2011.

Sobre os autores:

Joselia Gomes Neves: Doutorado em Educação Escolar pela UNESP. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Candido Mendes. Formação Docente na UNIR, Campus de Ji-Paraná. Vinculada ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia. Coordenadora da Linha de Pesquisa Antropologia Etnopedagógica: Povos Indígenas, Interculturalidade e Currículo. **E-mail:** joseliagomesneves@gmail.com

Heliton Tinhawambá Gavião: Liderança indígena do Povo Gavião Ikolen. Atual responsável pela Coordenadoria dos Povos Indígenas de Rondônia (COPIR/SEDAM-RO). **E-mail:** copirsedam@gmail.com

Cristovão Teixeira Abrantes: Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Graduação em Licenciatura Plena em Letras pela União das Escolas Superiores de Cacoal (UNESC). Docente da UNIR, Campus de Ji-Paraná. Departamento de Educação intercultural. **E-mail:** cristovaoabrantres@yahoo.com.br

Recebido em 27 de março de 2017

Aprovado para publicação em 15 de maio de 2017

